



por unanimidade
dos presentes

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2018**

-----ACTA NÚMERO 1-----

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, estando presentes a Senhora Secretária Ana Lúcia Fernandes Figueiredo Dias, a Senhora Tesoureira Sara Margarida da Silva Ribeiro, o Senhor Vogal Américo Francisco Fernandes Ramos, o Senhor Vogal Mário Luís Mendes, a Senhora Vogal Paula Cristina de Oliveira Soares e o Senhor Vogal João Paulo Gomes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira deu início à primeira reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

1 - Informações -----

2 - Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

1 - Proposta de Deliberação N.º 01/2018 - Horário de funcionamento dos serviços administrativos de atendimento ao público na sede em Carnaxide e na delegação em Queijas da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Cemitério Paroquial de Carnaxide, Mercados Municipais de Carnaxide e de Queijas; -----

2 - Proposta de Deliberação N.º 02/2018 - Tabela de taxas, regulamento e fundamentação económico-financeira da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - Manutenção das taxas em vigor para o ano de 2018; -----

- 3 - Proposta de Deliberação N.º 03/2018 – Cabimentos Semestrais; -----
- 4 - Proposta de Deliberação N.º 04/2018 - Proposta de colocação de uma passagem de peões na Rua António Navarro na Outurela, Carnaxide; -----
- 5 - Proposta de Deliberação N.º 05/2018 - Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração - Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade – Ana Monteiro; -----
- 6 - Proposta de Deliberação N.º 06/2018 - Cessação da Ocupação das Bancas n.º37, 38, 39 e 40 do Mercado Municipal de Carnaxide – Ramo: Frutas e Hortaliças; -----
- 7 - Proposta de Deliberação N.º 07/2018 - Declaração de nulidade do processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para duas vagas da carreira e categoria de Técnico Superior (Acção Social) e uma vaga da carreira e categoria de Assistente Operacional. (Coveiro); -----
- 8 - Proposta de Deliberação N.º 08/2018 - Declaração de nulidade do processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para duas vagas da carreira e categoria de Assistente Operacional, Áreas de Atividade de Apoio Administrativo e Limpeza. -----
- 9 - Proposta de Deliberação N.º 09/2018 - Cessação de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----
- 10 - Proposta de Deliberação N.º 10/2018 - Sepultura Nº 35 do Talhão N.º 9 - Concessão a título perpétuo; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Já temos apoio jurídico às quintas-feiras. Agora é a Ordem dos Advogados que coloca cá uma pessoa todas as quintas-feiras, essa pessoa já cá esteve hoje e será um serviço garantido à população de forma gratuita mas para nós também ficará mais em conta em comparação com o anterior prestador de serviços. -----

--- As obras do espaço do antigo ATL “Arco-Íris” que está destinado para a Uscal e para a Paróquia de Carnaxide estão quase concluídas, faltam uns pequenos acertos para que Universidade Sénior comece a passar para lá de forma gradual e se comece a montar as salas e os equipamentos. A Paróquia vai fazer uma visita ao espaço amanhã ao espaço com o Sr. Padre e iremos verificar se está em condições. No entanto, iremos ter alguns problemas porque existe um protocolo entre a União de Freguesias e a Paróquia em que não foi nada negociado. Estamos a analisar o protocolo, estive hoje com o Presidente da Câmara Municipal que me pediu o protocolo para analisar. Por um lado a Uscal quer inaugurar o espaço mas temos que perceber bem o que é da Uscal e o que é da Paróquia porque não podemos inaugurar o espaço como sendo apenas da Uscal. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 28 de Dezembro de dois mil e dezassete e o dia 03 de Janeiro de dois mil e dezoito, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 63.674,34 € (sessenta e três mil seiscientos e setenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos); em caixa 4.076,09 € (quatro mil e setenta e seis euros e nove cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 67.750,43 € (sessenta e sete mil setecentos e cinquenta euros e quarenta e três cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 4.509,61 € (quatro mil quinhentos e nove euros e sessenta e um cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 6.423,07 € (seis mil quatrocentos e vinte e três euros e sete cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 1/2017 -----

Havendo necessidade de atualização dos Editais referentes aos horários praticados pelos serviços administrativos de atendimento ao público desta União de Freguesias, tanto na sede como na delegação, no cemitério e nos Mercados Municipais de Carnaxide e de Queijas, propõe-se: -----

1. O horário de atendimento ao público na sede e na delegação seja o seguinte a partir de 1 de Fevereiro de 2018: -----

SEDE (CARNAXIDE)	DELEGAÇÃO (QUEIJAS)
2ª a 6ª Feira 09H00 às 13H00 e das 14H00 às 17H30	2ª a 6ª Feira 09H00 às 13H00 e das 14H00 às 17H00

No que respeita à cessação do prolongamento de atendimento na sede desta Junta de Freguesia à 5ª Feira até às 20h00, justifica-se devido ao reduzido número de Munícipes que se deslocam no horário atrás descrito. -----

2. O horário de funcionamento do Cemitério Paroquial da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas seja o seguinte: -----

CEMITÉRIO PAROQUIAL DE CARNAXIDE
De 2ª a Domingo e Feriados 9H00 às 17H00

3. O horário de funcionamento dos Mercados Municipais de Carnaxide e de Queijas seja o seguinte: -----

MERCADO MUNICIPAL DE CARNAXIDE	MERCADO MUNICIPAL DE QUEIJAS
3ª, 4ª 5ª e 6ª Feira 07H00 às 13H00 e das 16H00 às 19H00 Sábado 07H00 às 14H00 - Encerra ao Domingo, Segunda-Feira e Feriados (salvo disposição em contrário)	2ª, 3ª, 4ª 5ª 6ª Feira e Sábado 07H00 às 19H00 - Encerra ao Domingo e Feriados (salvo disposição em contrário)

4. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

5. Seja elaborado Edital para os devidos efeitos publicitado no site institucional e afixado nos locais de estilo para cada um dos casos descritos. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 2/2017 -----

Na sequência da tomada de posse do novo executivo no passado dia 26 de Outubro de 2017 torna-se necessário a aprovação da manutenção da tabela de taxas, regulamento e fundamentação económico-financeira desta Junta de Freguesia para o ano de 2018 e que se encontram em vigor, tendo as mesmas sido aprovadas pelo anterior executivo em 13 de dezembro de 2016 e aprovadas em assembleia de freguesia em 21 de dezembro de 2016. ---

Nesta conformidade, interessa no decorrer do ano de 2018 e respeitando o disposto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (art.º 3º da Lei 53 – E/2006 de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e Lei n.º 117/2009 de 29 de Dezembro) e face à conjuntura económica e social do nosso País, em que as famílias ainda estão a suportar os últimos anos de crise económica e financeira, prevendo o art.º 9º da supramencionada Lei a atualização dos valores das taxas nos respetivos orçamentos, o executivo entende manter a política definida nos anos anteriores nesta matéria, não ser oportuno no presente momento atualizar a tabela de taxas, de acordo com o “índice de preços ao consumidor (IPC), sem habitação fixado pelo INE”, mantendo-se a tabela de taxas em vigor. -----

Nesta conformidade, propõe-se que: -----

1. A tabela de taxas, regulamento e fundamentação económico-financeira da União das Freguesias e manter em vigor para o ano de 2018, sem qualquer atualização do valor das taxas estabelecidas. -----

2. Publicar edital da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 3/2017 -----

Conforme deliberação nº 11/2015 e de acordo com a legislação em vigor e o modelo orçamental, o processo de Despesa passa necessariamente pelo cabimento de todas as despesas efetuadas, de contratos estabelecidos e/ou a estabelecer, ou outras pontuais sejam elas com qualquer periodicidade. -----

Neste contexto, é necessário proceder também ao cabimento das despesas que são decorrentes da estrutura de funcionamento normal da instituição. -----

Destas destacam-se entre outras: Vencimentos, Outros encargos obrigatórios com pessoal, Despesas das instalações (Eletricidade, Água, Comunicações, Outros), Seguros, IVA, Outros. -----

Neste sentido, proponho: -----

1. Proceder ao cabimento das Rubricas e dos respetivos valores do 1º semestre, conforme mapas em anexo; -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 4/2017 -----

No âmbito das GOP/2018 desta Junta de Freguesia e no concerne às matérias de trânsito e circulação viária, pretende-se emitir pareceres a pedido do Município ou sob proposta desta Junta de Freguesia. -----

Após verificação e análise por parte desta Junta de Freguesia, conclui-se que se torna necessário para uma maior proteção dos muitos peões que atravessam a Estrada na Rua António Navarro, em Outurela, a colocação de uma passagem de peões. -----

Neste sentido, propõe-se: -----

1. A colocação de uma passagem de peões na Rua António Navarro, conforme maquete em anexo. -----

2. O envio ao Município para os efeitos tidos nos termos da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 5/2017 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2018, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas

de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral de Reinserção Social a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia para prestação de trabalho comunitário e face ao exposto a integração será da seguinte forma: -----

- Ana Maria Moreira de Sá Monteiro – reside em Queijas - cerca de 280 horas – Será colocada no Mercado Municipal de Queijas (Vogal Responsável: Sra. Secretária Ana Lúcia Dias). -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aceitação da Sra. Ana Monteiro para realização de trabalho comunitário. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 6/2017 -----

No âmbito da gestão do Mercado Municipal de Carnaxide através do protocolo n.º 150/2012 celebrado em 11 de Junho de 2012 entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, o concessionário Constantino Maria Zacarias, comunicou a esta Autarquia no dia 12 de Dezembro de 2017 a intenção de desistir da ocupação das bancas n.º37, 38, 39 e 40 que estavam a ser ocupadas a título provisório e em substituição das bancas n.º 42, 43, 44 e 45, do ramo de frutas e hortaliças conforme informação nº971/gabinetedestudos/2017, tendo a Junta de Freguesia aceite a entrega das bancas com efeitos a 01 de Janeiro de 2018. -----

Nos termos do RMM os titulares do direito de ocupação podem, a todo o tempo, restituir os lugares concessionados. -----

Refere o nº 4 do artigo 522º do mesmo regulamento que em caso de renúncia até ao final do quinto ano a contar da atribuição, o Município procede à devolução de um quinto do valor correspondente à base de licitação por cada ano em falta, o que na presente situação não se aplica dado que a ocupação ocorreu muito antes da entrega da Gestão dos Mercados Municipais às Juntas de Freguesia pelo Município de Oeiras. -----

Ainda assim e perante o artigo 24º do RMM, o requerente deverá proceder aos pagamentos das taxas devidas até ao término do mês ou dia, consoante a modalidade de ocupação, situação que foi verificada na Contabilidade e que no caso em questão haverá ainda lugar à emissão de fatura com o valor da taxa de ocupação de arrecadação e frigorífico dos meses de Novembro e Dezembro 2017. -----

No que diz respeito a obras executadas nos locais de venda, o n.º5 do artigo 547 prevê que no final da ocupação do local de venda, que irá ocorrer a 01/01/2018, o titular está obrigado a devolver o mesmo ao Município, no estado em que se encontrava aquando da sua atribuição, livre de pessoas e bens, sob pena da referida reposição ser efetuada pelo Município, a suas expensas. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A caducidade do título de ocupação por restituição das bancas n.º 42, 43, 44 e 45 do Mercado Municipal de Carnaxide, em nome de Constantino Maria Zacarias, Contribuinte 155 725 505, sendo que a restituição poderá ocorrer em 01/01/2018. -----
 2. Que se seja atualizado o mapa geral de ocupação do Mercado, com publicação de edital --
 3. Que seja emitida na 1ª semana de Janeiro a fatura referente às taxas de ocupação de arrecadação e frigorífico dos meses de Novembro e Dezembro/2017. -----
 4. Que seja dado conhecimento ao interessado. -----
 5. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 7/2017 -----

Por Aviso nº 2305/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 46 de 6 de março de 2017 procedeu-se à abertura dos concursos para duas vagas de Técnico Superior (Acção Social – Referência A) e de uma para Assistente Operacional (Coveiro – Referência B) na sequência da deliberação tomada em reunião da Junta de Freguesia de 8.11.2016, titulada pela Proposta nº 181. -----

Nesse aviso dá-se conta, no ponto 17, da composição do júri concursal (17.3) em que é seu Presidente o então Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Jorge Vilhena, vogais efetivos Rosa Lopes, Vogal da JF e Carla Madeira, Técnica Superior da UFCQ e como Vogal suplente, o Secretário do órgão executivo que substituiria o Presidente nas suas ausências e impedimentos. -----

No ponto 11 definiram-se como métodos de seleção a prova de conhecimentos (PC), a avaliação psicológica (AP) e a entrevista profissional de seleção (EPS), tendo o júri classificado as provas de conhecimentos (1º método) em 17 de agosto, efetuado a avaliação psicológica (2º método) em 28 de setembro e em 16 de outubro todos de 2017, a entrevista profissional de seleção. (3º método). -----

É certo que a composição do júri veio a ser alterada por deliberação do executivo do passado dia 25 de outubro e publicitada por Aviso nº 13307/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214 de 7.11.2017 com fundamento na "...*manifesta impossibilidade de alguns membros do júri ...*", passando a dele fazer parte técnicos superiores e assistentes técnicos quando, na verdade, já se tinham realizado todos os métodos de seleção classificados pelo original júri, como se pode constatar das atas juntas ao processo de concurso. -----

Quer isto dizer que nada mais restaria ao júri substituto que submeter a lista classificativa e de ordenação dos candidatos lavrada pelo júri substituído, - a Acta nº 4 de 17.10.2017 - à

homologação do dirigente máximo do órgão, no caso, o Presidente da Junta de Freguesia que havia sido também Presidente do Júri. -----

Ora, o artº 20º, nº 2 da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, reguladora do procedimento concursal, diz quem designa o júri – precisamente o dirigente máximo do órgão – que para o efeito é o Presidente do órgão executivo e, no artº 21º, nº 1, fixa a sua composição exigindo que sejam “...trabalhadores da entidade que realiza o procedimento e ou de outro órgão ou serviço ...”, e no nº 2 que “o presidente e, pelo menos, um dos outros membros um dos outros membros do júri *devam ter formação ou experiência na atividade inerente ao posto de trabalho a ocupar*”, o que não acontece em nenhum dos dois concursos. -----

O verbo “dever” significa “estar obrigado a”. Portanto, o Presidente e um dos vogais do júri do concurso tinham obrigatoriamente de possuir formação ou experiência ao posto de trabalho a ocupar, além de que não poderiam assumir uma dupla qualidade de júri e de entidade homologante dos atos que haviam praticado, consubstanciados na lista unitária de ordenação final. -----

No procedimento em causa, o Presidente do Júri era o então Presidente da Junta, a Vogal Rosa Lopes era também Vogal da JF e a restante, Ana Carla Madeira, Técnica Superior da UFCQ. O mesmo se diga quanto ao Vogal suplente, que era Secretário da JF, em desrespeito pelo estatuído no artº 20º da referida Portaria referente às regras de composição de quem teria a seu cargo as operações de classificação e graduação dos candidatos. -----

Ora, atento o papel crucial confiado ao júri do concurso, o legislador previu um determinado número de garantias, no que respeita tanto à sua constituição e composição como ao seu funcionamento» nos artigos 20º a 24º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro. -----

As verificações e as avaliações da seleção traduzem-se em decisões que ou produzem, por si, efeito jurídico na esfera jurídica dos candidatos, ou conformam decisões relativas ao recrutamento. A seleção deve, assim, ser assegurada por órgão que satisfaça as exigências da especialidade e da imparcialidade. -----

Em regra, a colegialidade do órgão depõe no sentido de uma melhor escolha, seja por, pelo debate que propicia, permitir melhor ponderá-la, seja por oferecer maiores garantias de imparcialidade e independência. -----

O júri deve ser composto por pessoas com preparação técnica e/ou profissional para avaliar, de forma objetiva, a capacidade ou o mérito dos candidatos; trata-se, também, de salvaguardar o carácter exclusivamente técnico do juízo de qualquer risco de desvio em relação aos interesses de parte ou por qualquer forma diversos daqueles que são próprios do concurso, cujo objetivo não pode ser outro que a seleção dos melhores candidatos. -----

Para maior independência de juízo, justifica-se o recurso a entidades ou indivíduos exteriores ao serviço ou organismo que recruta e, por vezes, mesmo, não integrados em grupo de pessoal ou categoria profissional a que se destina o recrutamento. -----

A exigência de que os membros do júri tenham categoria ou qualificação profissional superior prende-se, quer com a especialização, quer com a independência dos membros do júri. -----

Além disso, os membros suplentes devem preencher as mesmas exigências de especialidade e imparcialidade que os membros efetivos, pois a designação de suplentes destina-se a permitir, em caso de impedimento dos membros titulares, a sua substituição, para que o júri possa concluir os seus trabalhos num prazo razoável, mantendo uma composição estável durante todas as provas, o que também não aconteceu, por se tratar de um Vogal da JF sem qualificação para qualquer das áreas postas a concurso. Uma coordenação do júri de modo a garantir a aplicação coerente dos critérios de avaliação é indispensável quando o júri reúne em diversas formações nas quais os membros suplentes substituem os titulares. -----

Tendo-se nomeado o vogal da JF e Secretário, como suplente que substituiria o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos os quais foram responsáveis por todas as operações classificatórias, desrespeitou-se o princípio da imparcialidade contido no artº 9º do CPA e da especialidade previsto no artº 21º, nº 2 da Portaria, o que inquina o procedimento concursal do vício de violação de lei. -----

Conclui-se assim que a deliberação nº 181/2016 de 8.11.2016 determinativa da composição do júri e que procedeu à abertura do procedimento em apreço, por ilegal que é, contaminou todos os atos consequentes (endoprocedimentais), preparatórios da decisão final, de nada valendo a sua substituição superveniente operada por deliberação do executivo do passado dia 25.10.2017 e publicitada por Aviso nº 13307/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214, porquanto a aplicação dos métodos de seleção já havia sido integralmente feita pelo júri substituído. -----

Por outro lado, resulta da Ata nº 2 de 19.05.2017 que o júri excluiu liminarmente candidatos com fundamento na não apresentação de formulário conforme exigido no aviso de abertura [(alínea b)] e na não entrega de cópia legível do documento de identificação civil [(alínea g)], exigências estas manifestamente ilegais. -----

Com efeito, como bem sublinha a Provedoria de Justiça, o formulário não é, porém, um requisito para o exercício de funções públicas ou um requisito de recrutamento, pelo que a não utilização de um formulário não é, assim, causa de exclusão. -----

O mesmo se diga relativamente às deficiências que porventura as candidaturas comportem, cabendo ao órgão convidar os candidatos a supri-las já que simples irregularidades ou as meras imperfeições nunca poderão ser causa de exclusão liminar. (artº 108º aplicável por força do artº 2º, nº 5 ambos do CPA) -----

Foram também liminarmente excluídos candidatos por não terem entregue cópia legível do documento de identificação civil [(alínea g)] quando esta exigência não releva relativamente a qualquer requisito (legal) de recrutamento, aliás, proibida pelo artº 5º, nº 2 e punida com contra-ordenação pelo artº 43º, nº 1 ambos da Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro. -----

Mas não só. -----

No ponto 8.2. do Aviso de Abertura diz-se que constituem requisitos especiais para Técnico Superior da área da Ação Social 3 (três) anos de experiência de trabalho com autarquias [(8.2.1. alínea c)] e, para Coveiro, 2 (dois) anos de experiência de trabalho em cemitérios. [8.2.2. alínea b)] -----

Compulsada a pasta referente aos prestadores de serviço verificamos que os candidatos que ficaram em 1º e 2º lugares, nas duas vagas postas a concurso para Técnico Superior de Ação Social, são precisamente quem já se encontrava a exercer funções sob regime de avença, Rodrigo Braz de Oliveira M Tito de Lencastre e Marta Filipa Salgado Fragoso os únicos que poderiam preencher tais requisitos num concurso externo. -----

O mesmo se diga quando ao candidato Eduardo Barroqueiro, com contrato de prestação de serviços na modalidade de avença para o lugar de coveiro. -----

Estes candidatos não concorreram em pé de igualdade com os demais, bem pelo contrário, pois já se encontravam favorecidos pelo requisito que os restantes concorrentes externos dificilmente poderiam preencher em virtude do júri ter introduzido uma discriminação fundada em fatores de discriminação ilegítimos. -----

A valoração, para efeitos de seleção, do prévio exercício de funções ou da experiência profissional constitui um dos domínios que propicia o tratamento desigualitário infundado dos candidatos, traduzido na consideração infundada e/ou desproporcionada da experiência adquirida num contexto institucional específico ou ao abrigo de um determinado vínculo laboral, como veio a suceder. -----

Tratam-se, com efeito, de dois concursos moldura abertos precisamente para estes candidatos em clara violação dos princípios enformadores do procedimento concursal, o da igualdade (artºs 13º e 47º, nº 2 da CRP) e do mérito ao se fixarem requisitos ditados não por razões objetivas, mas por situações individualizadas e concretas: admitir no quadro quem se encontrava fora dele por um vínculo jurídico de prestação de serviços. -----

O resultado dos concursos estava, assim, de antemão determinado, em evidente violação dos princípios basilares que regem a contratação de pessoal para emprego público e o acesso a este em condições de igualdade. -----

A consequência que se há-de extrair da preterição do princípio da igualdade, em que é afetado o direito fundamental de acesso à função pública, o desvalor jurídico que projeta é o da nulidade. (artº 161º, nº 2 al. d) do CPA) -----

A violação manifesta deste princípio significa a negação do próprio concurso, fazendo deste um simulacro, já que eram dirigidos à estabilização de prévios vínculos laborais, isto é, com destinatários individualizados e, nessa medida, destinados a favorecer candidatos certos. Neste caso, como bem sublinha a Provedoria de Justiça na obra que vimos seguindo de perto, é como se a decisão concursal não resultasse de procedimento concursal. (artº 161º, nº 2 al. g) do CPA). -----

E se assim é, atuações administrativas travestidas de legalidade, não merecem a tutela positiva do Direito. -----

Decorre do regime da nulidade que o ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos (artº 162º, nº 1 do CPA) podendo ser declarado a todo o tempo pelos órgãos administrativos competentes para a anulação. (nº 2) -----

Nos termos e pelos fundamentos que antecedem, propõe-se que o executivo delibere favoravelmente o seguinte: -----

1. Declarar nulo e de nenhum efeito o processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior (Ação Social) e para a carreira e categoria de Assistente Operacional (Coveiro) aberto por Aviso nº 2305/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 46 de 6 de março de 2017. -----

2. Notificar todos os concorrentes do conteúdo da deliberação tomada. -----

3. Publicitar na 2ª Série do *Diário da República* a presente deliberação declarativa da nulidade e bem assim no portal da UF. -----

4. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 8/2017 -----

Por Aviso nº 3365/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 64 de 30 de março de 2017 procedeu-se à abertura dos concursos com vista à constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional, para as áreas de Apoio Administrativo (Referência A) e Limpeza (Referência B) na sequência da deliberação tomada em reunião da Junta de Freguesia de 7.02.2017, titulada pela Proposta nº 39/2017. - Nesse aviso dá-se conta, no ponto 17, da composição do júri concursal (17.3) em que é seu Presidente o então Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Jorge Vilhena, vogais efetivos Américo Marques Ferreira Duarte, Secretário da JF que substituiria o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Carla Madeira, Técnica Superior da UFCQ, e como Vogais Suplentes, Rosa Lopes e José Rodrigues, ambos Vogais da Junta de Freguesia. --

No ponto 11 definiram-se como métodos de seleção a prova de conhecimentos (PC), a avaliação psicológica (AP) e a entrevista profissional de seleção (EPS), tendo o júri classificado as provas de conhecimentos (1º método) em 24 de junho, efetuado a avaliação psicológica (2º método) em 18 de setembro e em 13 de outubro todos de 2017, a entrevista profissional de seleção. (3º método) -----

É certo que a composição do júri veio a ser alterada por deliberação do executivo de 25 de outubro de 2017 (PD nº 225/2017) e publicitada por Aviso nº 13306/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214 de 7.11.2017, com fundamento na “...manifesta impossibilidade de alguns membros do júri (...) por motivo de cessação do exercício de funções na UFCQ (...)”, passando a dele fazer parte uma Técnica Superior e Assistentes Técnicos e uma Assistente Operacional quando, na verdade, já se tinham realizado todos os métodos de seleção classificados pelo original júri, como se pode constatar das atas juntas ao processo de concurso.-----

Quer isto dizer que nada mais restaria ao júri substituto que submeter a lista unitária de ordenação final dos candidatos lavrada em 17.10.2017 pelo júri substituído, à homologação do dirigente máximo do órgão, no caso, o Presidente da Junta de Freguesia que havia sido também Presidente do Júri. -----

Ora, o artº 20º, nº 2 da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, reguladora do procedimento concursal, diz quem designa o júri – precisamente o dirigente máximo do órgão – que para o efeito é o Presidente do órgão executivo e, no artº 21º, nº 1, fixa a sua composição exigindo que sejam “...trabalhadores da entidade que realiza o procedimento e ou de outro órgão ou serviço ...”, e no nº 2 que “o presidente e, pelo menos, um dos outros membros um dos outros membros do júri devam ter formação ou experiência na atividade inerente ao posto de trabalho a ocupar”, o que não acontece em nenhum dos dois concursos. -----

O verbo “dever” significa “estar obrigado a”. Portanto, o Presidente e um dos vogais do júri do concurso tinham obrigatoriamente de possuir formação ou experiência ao posto de trabalho a ocupar, além de que não poderiam assumir uma dupla qualidade de júri e de entidade homologante dos atos que haviam praticado, consubstanciados na lista unitária de ordenação final. -----

No processo em causa, o Presidente do Júri era o então Presidente da Junta, Américo Marques Ferreira Duarte era também Secretário da JF e a restante, Carla Madeira, Técnica Superior da UFCQ. O mesmo se diga quanto aos Vogais Suplentes Rosa Lopes e José Rodrigues, ambos Vogais da JF, em desrespeito pelo estatuído no artº 20º da referida Portaria referente às regras de composição de quem teria a seu cargo as operações de classificação e graduação dos candidatos. -----

Ora, atento o papel crucial confiado ao júri do concurso, o legislador previu um determinado número de garantias, no que respeita tanto à sua constituição e composição como ao seu funcionamento» nos artigos 20º a 24º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro. -----

As verificações e as avaliações da seleção traduzem-se em decisões que ou produzem, por si, efeito jurídico na esfera jurídica dos candidatos, ou conformam decisões relativas ao recrutamento. A seleção deve, assim, ser assegurada por órgão que satisfaça as exigências da especialidade e da imparcialidade. -----

Em regra, a colegialidade do órgão depõe no sentido de uma melhor escolha, seja por, pelo debate que propicia, permitir melhor ponderá-la, seja por oferecer maiores garantias de imparcialidade e independência. -----

O júri deve ser composto por pessoas com preparação técnica e/ou profissional para avaliar, de forma objetiva, a capacidade ou o mérito dos candidatos; trata-se, também, de salvaguardar o caráter exclusivamente técnico do juízo de qualquer risco de desvio em relação aos interesses de parte ou por qualquer forma diversos daqueles que são próprios do concurso, cujo objetivo não pode ser outro que a seleção dos melhores candidatos. -----

Para maior independência de juízo, justifica-se o recurso a entidades ou indivíduos exteriores ao serviço ou organismo que recruta e, por vezes, mesmo, não integrados em grupo de pessoal ou categoria profissional a que se destina o recrutamento sempre que não disponham internamente de pessoal tecnicamente qualificado. -----

A exigência de que os membros do júri tenham categoria ou qualificação profissional superior prende-se, quer com a especialização, quer com a independência dos membros do júri. -----

Além disso, os membros suplentes devem preencher as mesmas exigências de especialidade e imparcialidade que os membros efetivos, pois a designação de suplentes destina-se a permitir, em caso de impedimento dos membros titulares, a sua substituição, para que o júri possa concluir os seus trabalhos num prazo razoável, mantendo uma composição estável durante todas as provas, o que também não aconteceu, por se tratar de um Vogal da JF sem qualificação para qualquer das áreas postas a concurso. Uma coordenação do júri de modo a garantir a aplicação coerente dos critérios de avaliação é indispensável quando o júri reúne em diversas formações nas quais os membros suplentes substituem os titulares. -----

Tendo-se nomeado vogais suplentes precisamente os Vogais da Junta de Freguesia desrespeitou-se o princípio da imparcialidade contido no artº 9º do CPA e da especialidade previsto no artº 21º, nº 2 da Portaria, o que inquina o processo concursal do vício de violação de lei. -----

Conclui-se assim que a deliberação nº 39/2017 de 7.02.2017 determinativa da composição do júri e que procedeu à abertura do procedimento em apreço, por ilegal que é, contaminou todos os atos consequentes (endoprocedimentais), preparatórios da decisão final, de nada

valendo a sua substituição superveniente operada por deliberação do executivo de 25 de outubro de 2017 e publicitada por Aviso nº 13306/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214, porquanto a aplicação dos métodos de seleção já havia sido integralmente executada pelo júri substituído. -----

Por outro lado, resulta de ata junta ao processo que o júri excluiu liminarmente candidatos com fundamento na não apresentação de formulário conforme exigido no aviso de abertura [(alínea b)] e na não entrega de cópia legível do documento de identificação civil [(alínea g)], exigências estas manifestamente ilegais. -----

Com efeito, como bem sublinha a Provedoria de Justiça, o formulário não é, porém, um requisito para o exercício de funções públicas ou um requisito de recrutamento, pelo que a não utilização de um formulário não é, assim, causa de exclusão. -----

O mesmo se diga relativamente às deficiências que porventura as candidaturas comportem, cabendo ao órgão convidar os candidatos a supri-las já que simples irregularidades ou as meras imperfeições nunca poderão ser causa de exclusão liminar. (artº 108º aplicável por força do artº 2º, nº 5 ambos do CPA) -----

Mas não só. -----

No ponto 8.2. do Aviso de Abertura diz-se que constituem requisitos especiais para Assistente Operacional na área do Apoio Administrativo 1 ano de experiência de trabalho de apoio desenvolvido em Freguesias [(8.2.1. alínea c)] e, para Assistente Opecional na área de Limpeza, 1 ano de experiência de trabalho de limpeza desenvolvido em Freguesias. [8.2.2. alínea b)] -----

Compulsada a pasta referente aos prestadores de serviço verificamos que os candidatos que ficaram em 1º e 2º lugares (Referência A), são precisamente quem já se encontrava internamente a exercer funções sob regime de avença, Ana Filipa Gomes Garcia e Cátia Liliana Santos Pereira os únicos que poderiam preencher tais requisitos num concurso externo para Assistentes Operacionais na área do Apoio Administrativo. -----

O mesmo se diga quando à candidata Juliana Maria Dias Sequeira Rosalino Morgado, vinculada por contrato de prestação de serviços na modalidade de avença com as funções de Assistente Operacional na área da Limpeza. -----

Estes candidatos não concorreram em pé de igualdade com os demais, bem pelo contrário, pois já se encontravam favorecidos pelo requisito que os restantes concorrentes externos dificilmente poderiam preencher em virtude do júri ter introduzido uma discriminação fundada em fatores de discriminação ilegítimos. -----

A valoração, para efeitos de seleção, do prévio exercício de funções ou da experiência profissional constitui um dos domínios que propicia o tratamento desigualitário infundado dos candidatos, traduzido na consideração infundada e/ou desproporcionada da experiência

adquirida num contexto institucional específico ou ao abrigo de um determinado vínculo laboral, como veio a suceder. -----

Tratam-se, com efeito, de dois concursos moldura abertos precisamente para estes candidatos em clara violação dos princípios enformadores do procedimento concursal, o da igualdade (artºs 13º e 47º, nº 2 da CRP) e do mérito ao se fixarem requisitos ditados não por razões objetivas, mas por situações individualizadas e concretas: admitir no quadro quem se encontrava fora dele por um vínculo jurídico de prestação de serviços. -----

O resultado dos concursos estava, assim, de antemão determinado, em evidente violação dos princípios basilares que regem a contratação de pessoal para emprego público e o acesso a este em condições de igualdade. -----

A consequência que se há-de extrair da preterição do princípio da igualdade, em que é afetado o direito fundamental de acesso à função pública, o desvalor jurídico que projeta é o da nulidade. (artº 161º, nº 2 al. d) do CPA) -----

A violação manifesta deste princípio significa a negação do próprio concurso, fazendo deste um simulacro, já que eram dirigidos à estabilização de prévios vínculos laborais, isto é, com destinatários individualizados e, nessa medida, destinados a favorecer candidatos certos. ----

Neste caso, como bem sublinha a Provedoria de Justiça na obra que vimos seguindo de perto, é como se a decisão concursal não resultasse de procedimento concursal. (artº 161º, nº 2 al. g) do CPA). -----

E se assim é, atuações administrativas travestidas de legalidade, não merecem a tutela positiva do Direito. -----

Decorre do regime da nulidade que o ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos (artº 162º, nº 1 do CPA) podendo ser declarado a todo o tempo pelos órgãos administrativos competentes para a anulação. (nº 2) -----

Nos termos e pelos fundamentos que antecedem, propõe-se que o executivo delibere favoravelmente o seguinte: -----

1. Declarar nulo e de nenhum efeito o processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional, Áreas de Apoio Administrativo e Limpeza, aberto por Aviso nº 3365/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 64 de 30 de março de 2017. -----

2. Notificar todos os concorrentes do conteúdo da deliberação tomada. -----

3. Publicitar na 2ª Série do *Diário da República* a presente deliberação declarativa da nulidade e bem assim no portal da UF. -----

4. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 9/2017 -----

Durante o mandato anterior, foram celebrados diversos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença com base em ajustes diretos para Serviço Social, Psicologia, Eletricista, Serviços Administrativos, Serviços de Limpeza e Consultadoria Jurídica, conforme lista anexa. -----

Após análise dos processos de contratação em causa, foi possível concluir que não se justifica a manutenção, não havendo assim razões de manifesto interesse público para a continuidade de tais contratos nos termos em que foram celebrados. -----

Com efeito, determina o Artigo 10º, nº 2 alínea b) da Lei nº 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual, que o contrato de avença pode ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar. -----

Nestes termos, proponho que o Executivo delibere favoravelmente o seguinte: -----

1. Cessar os contratos de prestação de serviços na modalidade de avença com as Senhoras Dra. Sofia de Moura Branco Madeiras Pracana, Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso e Ana Filipa Gomes Garcia, anexando os respetivos contratos de prestação de serviços e com efeitos a partir de 06 de Março de 2018, face ao aviso prévio de 60 dias que deve ser concedido nos termos anteriormente expressos. -----

2. Notificar os prestadores de serviços por carta registada com aviso de receção nos termos do Artigo 112º, nº 1 alínea a) do Código do Procedimento Administrativo. (CPA) -----

3. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 10/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 8/2018, relativamente ao pedido da senhora Teresa de Jesus Guimarães de Sousa e irmão, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 35 do Talhão N.º 9. -----

A 10 de Outubro de 2008 foi inumado o corpo da senhora Mariana de Jesus Benvinda Bravo Martins, sendo que o mesmo se encontrava em condições tendo sido a exumação realizada no dia 02/09/2016 e as ossadas trasladadas para a casa dos ossários do mesmo Cemitério, ficando esta Sepultura vaga para uma nova Inumação. -----

No dia 02 de Setembro de 2016 foi inumado na sepultura n.º 35 do talhão n.º 9, a Senhora Almerinda Maria José Guimarães Sousa, mãe dos requerentes. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 35 do talhão n.º 9 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, a Senhora Teresa de Jesus Guimarães de Sousa, portadora do cartão de cidadão n.º 07280512 e Paulo Renato Guimarães Marcelino de Sousa, portador do cartão de cidadão n.º 085305575. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19h30m.

O Executivo

O Presidente



(Inigo Pereira)

A Secretária



(Ana Lúcia Dias)

A Tesoureira



(Sara Ribeiro)

O Vogal



(Américo Ramos)

O Vogal

Mário Mendes

(Mário Mendes)

A Vogal

Paula Cristina de Oliveira Soares

(Paula Soares)

O Vogal

João Gomes

(João Gomes)